

É preciso, mais que nunca, resistir. "A História se escreve com a bravura dos que resistem, e não com a covardia dos que se entregam." Nenhum argumento de crise política pode justificar a submissão e a adesão emedebistas. A crise não é nossa. A crise decorre de uma errônea insistência governamental e está toda ela nucleada no setor econômico. Não fora isso, há a palavra empenhada historicamente pelo Sistema, fixada a nível constitucional, garantindo as eleições diretas de 78. O que se pede, agora, é que aceitemos, em nome da Nação, a quebra do compromisso, mais uma vez emendando a Constituição ante os olhos atônitos do povo marginalizado, em nome de quem tudo se faz ou desfaz.

O único caminho digno, no momento, é o do cumprimento dos preceitos constitucionais: eleições diretas em 78. Se o direito primário e inicial do povo — eleições — causa crise constitucional, então caminhemos para ela. Nós, Oposição, ao menos estaremos defendendo um mínimo ético. Ao Governo restará o arbítrio, a força, que jamais, na História, conseguirão vencer a serenidade do povo.

Ademais, se não soubermos, classe política e Governo, evitar crises emocionais e não correspondermos às aspirações legítimas de nossa população por um nível melhor de vida, nenhuma quantidade de artifícios, nem mil habilidades do Senador Petrônio Portella, nem mil concessões emedebistas, garantir-nos-ão paz e segurança.

Não fora por acaso, o direito às eleições de 1978 é liberdade pertencida ao povo brasileiro. Não é doação de Governo algum. Ou se lhe garante a efetivação ou ela é suprimida. É nesta alternativa que fica o MDB. Entre o Direito e o sem-razão. Cedendo à pressão do Senador Petrônio Portella, fica enterrada a bandeira da Oposição, pelo menos esta que, como porta-estandarte histórico, Ulysses Guimarães vem carregando com dignidade, genialidade e honradez.

O SR. WILMAR DALLANHOI (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, têm sido insistentes os pronunciamentos nesta tribuna e os reparos feitos na imprensa no que tange ao aumento do custo do dinheiro, em face da liberação dos juros. Na verdade, porém, o problema não deve ser encarado, apenas, sob o aspecto dos ágios cobrados pelos estabelecimentos bancários, pois há outras formas de encarecimento da moeda tomada como mercadoria, no largo espectro econômico-financeiro que condiciona a aplicação da poupança nacional.

Ninguém ignora que, no atual panorama brasileiro, a aplicação pelo público da moeda poupada não se destina, senão em mínima parte, aos depósitos em conta-corrente nos bancos. Procuram-se as cadernetas de poupança, procede-se à aquisição de ações, fazem-se investimentos na bolsa, atende-se às atraentes convocações feitas pelas financeiras.

Conseqüentemente, a ação fiscalizadora das autoridades federais carece orientar-se nesses diversos sentidos, desde que as aplicações também se caracterizam pelos prazos, procurando-se ter ocioso o dinheiro pelo mínimo de tempo.

Aqui cabe analisar o problema do *over-night*.

Quando se realizou, recentemente, o congresso das financeiras, em Manaus, examinou-se a questão do *over-night*, ou seja, a aplicação de disponibilidades por um dia. *Time is money*, diz um velho brocardo: e os juros vencem, na realidade, diariamente, embora os contratos mensais ou anuais.

Assinalaram alguns dos congressistas que esse tipo de operação é o que mais propicia a especulação de taxas, produzindo uma tendência generalizada de aumento do custo das captações. Por isso a sugestão no sentido de que, para limitar seu campo de ação, tais negócios ficassem restritos no máximo às instituições financeiras, restabelecendo-se, conseqüentemente, prazos mínimos para as operações com outros tipos de clientes.

Se o maior inconveniente do *over-night* é o da especulação de taxas e, por via de conseqüência, a majoração dos juros, nada mais aconselhável às autoridades financeiras do que policiar essa aplicação de disponibilidades por um dia, a fim de que se restrinja ao mínimo possível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE CARDOSO (MDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, atendendo à convocação do Governo, quando pediu que a imaginação criadora dos Srs. Deputados fosse posta à sua disposição para melhor ajuda ao seu trabalho, apresentei projeto visando à criação do Parque Histórico Brasileiro, onde o Brasil nasceu, unificando os Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, em uma posição de respeito ao local onde a nossa Pátria deu os primeiros passos, gerando inclusive a possibilidade da criação do Município de Eunápolis, providência há muito tempo reclamada pelos habitantes daquele povoado, o maior do mundo, com cinquenta e quatro mil habitantes.

Renovo, portanto, apelo feito a S. Ex.^a, o Sr. Ministro da Justiça, uma vez que em suas mãos se encontra, com quinhentas e

sessenta e duas assinaturas, documento apoiando esta iniciativa dos moradores de Santa Cruz Cabrália e de Porto Seguro. Acrescento que S. Ex.^a, levando em consideração o pedido à imaginação criadora, poderá atender àquelas populações no que diz respeito à reivindicação a que acabamos de nos referir.

O SR. ERNESTO VALENTE (ARENA — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, segundo notícias que acabo de receber do Ceará, a Rede Ferroviária Federal teria ordenado a paralisação dos trens mistos entre as cidades de Camocim e Sobral. Tal medida causou, como não poderia deixar de ser, grande insatisfação nas populações servidas pela antiga Estrada de Ferro de Sobral, que atende aos Municípios de Camocim, Granja, Martinópolis, Uruoca, Senador Sá, Massapê e Sobral com aproximadamente 140 mil habitantes.

Trata-se realmente, de ferrovia da maior importância para o desenvolvimento daquela região. Inicialmente ligando Camocim a Cratéis, posteriormente foi estendida até Fortaleza, por intermédio de ramal que uniu Sobral à Capital. No entanto, jamais o trecho Camocim a Sobral foi considerado um ramal, senão a própria estrada.

Sr. Presidente, quando se impõe a adoção de providências visando à economia de combustíveis, não faz sentido medida dessa natureza. Admito, até, que aquele trecho seja deficitário, conforme concluiu a RFFSA baseada em estudos efetuados pela empresa TRANSPLAN.

O Nordeste é uma região pobre. A Rede Ferroviária Federal S.A. deveria atentar para os ramais altamente deficitários em outras regiões do País, deixando de lado os pequenos déficits do sofrido Ceará. Que representa para a RFFSA o déficit causado pelo trecho Camocim—Sobral? Não passa de um grão de areia comparado com as dunas das praias do Nordeste.

Sr. Presidente, desejo formular, nesta oportunidade, em meu nome, no da população dos Municípios mencionados e no da bancada cearense com assento nesta Casa, veemente apelo ao Presidente da RFFSA, Coronel Stanley Baptista, e ao próprio Ministro Dyrceu Nogueira, dos Transportes, para que determinem a sustação da prejudicial medida, a fim de que o assunto seja reexaminado em profundidade, tendo em vista as suas repercussões altamente negativas.

Finalizando, Sr. Presidente, passo a ler, para que conste de nossos Anais, artigo publicado no jornal *O Povo*, de Fortaleza, sob o título "Em Defesa do Ramal":

"A anunciada decisão da Rede Ferroviária Federal de extinguir, por medida de economia, a partir do dia 15 do mês em curso, o tráfego de trens de passageiros no ramal Sobral—Camocim vem sendo recebida com estranheza em consideráveis setores da opinião pública. Essa estranheza decorre principalmente do fato de que a providência é anunciada no momento em que a RFFSA é naturalmente compelida a assumir maior participação no esforço para reduzir as despesas do País com o consumo de combustíveis, principalmente a gasolina, através de uma oferta mais competitiva de transporte ferroviário tanto para cargas quanto para passageiros.

Não falta mesmo quem afirme que, em face das restrições impostas ao consumo de gasolina, e por conseqüência, ao tráfego rodoviário, abre-se ampla perspectiva de utilização das ferrovias como alternativa para os deslocamentos a menores custos de mercadorias e passageiros. Admita-se, para argumentar, que o ramal seja, no momento, deficitário. Mas será que esse déficit, com a maior utilização dos seus vagões e carros para o transporte de cargas e pessoas, até em decorrência do previsto — e inevitável — agravamento dos preços dos fretes e das passagens nos transportes rodoviários, não será dentro em pouco superado?

Não é só isto. Temem também as lideranças empresariais de Sobral e Camocim que a extinção dos trens de passageiros seja apenas o primeiro passo para a extinção do próprio ramal, dando-se, com isto, continuidade a uma prática que tem sido bastante criticada porquanto conflita com o imperativo, derivado da própria crise do petróleo, de se conferir ao trem maior participação nos transportes de massas? Se tal acontecesse uma considerável faixa do litoral norte do Estado, que tem na pesca e na indústria extrativa do sal as suas principais atividades econômicas, entraria num processo de debacle. Isto deve ser evitado a todo custo.

A reação suscitada pela decisão da RFFSA entre líderes da comunidade de Sobral e Camocim parece-nos justa e procedente, sendo secundada pelo Governador do Estado."

Era o que tinha a dizer.

O SR. MARCOS TITO (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, os preceitos constituí-

nais asseguram que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente.

No entanto, no Brasil, as coisas não têm acontecido desta forma. E assim dizemos para protestar contra a ilegal e injusta prisão sofrida pelo poeta e jornalista Ferreira Gullar, de retorno ao Brasil, procedente de Buenos Aires.

Qual o crime cometido por Ferreira Gullar? Retornar a seu País depois de seis anos de exílio? Ser absolvido em processo em que se viu indiciado?

A verdade é que a consciência nacional não pode continuar a ser frequentemente desrespeitada por esses atos de arbítrio que repugnam a todos nós e só servem para semear a intranquilidade e a intolerância.

O País reclama paz e respeito aos direitos do cidadão. Que fique registrado nos Anais do Congresso Nacional o nosso protesto a mais esta violência e a esperança de que as autoridades responsáveis pela segurança de todos os cidadãos respeitem a lei.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a decisão do eminente Presidente Ernesto Geisel de adiar indefinidamente o recolhimento do depósito restituível, a ser cobrado juntamente com a aquisição de derivados de petróleo, revelou-se medida de sabedoria e de bom senso, que agradavelmente surpreendeu toda a população brasileira em dias da semana passada.

Engrandeceu-se o Governo face à intenção manifestada, reafirmando-se moralmente forte perante a opinião pública nacional, que, desde janeiro último, extravasava ponto de vista contrário a essa fórmula de racionalizar o uso de combustíveis.

Não creio que o assunto esteja fora da ordem daqueles que já não mais mereçam observações e comentários, pelo que pode e deve suscitar face a seus desdobramentos e conclusões.

Muito mais que a teimosia ou o radicalismo em posição que assumira, manifestou-se o desejo de um Governo que, atendendo a reclamos gerais, se afirmou perante toda a opinião pública nacional. Mas, se essa foi uma atitude corajosa, digna de aplausos, outra não foi menos digna, patriótica e adulta, qual a que denunciou o Acordo Militar com os Estados Unidos da América do Norte, de 15 de março de 1952.

Nesse aspecto revelou-se o Brasil para o mundo como a nação que não admite tutelas, nem aceita ingerências em seus assuntos internos. Temos o documento objeto da denúncia. Sr. Presidente e Srs. Deputados. Analisamo-lo sob vários aspectos. Nada pudemos vislumbrar que nos possa carrear conseqüências danosas em relação à nossa segurança interna, em nosso preparo e adestramento militar, ou sequer em nosso prestígio internacional. Após 1964, temos pago e cumprido rigorosamente nossos compromissos com nações que conosco mantém relações.

A atitude adulta do Governo brasileiro firma-se numa realidade paupável de que, constituindo hoje um membro importante da comunidade internacional, não nos há de faltar bons parceiros para os tipos de negócios que possamos estar interessados em realizar, com o objetivo maior de atingir os verdadeiros, solidários e justos interesses que possamos alimentar como nação independente, adulta e soberana.

Afinal de contas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os tempos mudaram, e o Brasil com todas as suas potencialidades e presentes condições pode e deve estar preparado para escolher o que melhor sirva para o seu futuro e para o destino de seus filhos. Muito obrigado.

O SR. HÉLIO CAMPOS (ARENA — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi com tristeza e revolta que li nos jornais de ontem as ocorrências lamentáveis que envolveram o ex-Governador de Roraima, o Coronel Dilermando e um tenente da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Esses acontecimentos só servem para diminuir as organizações militares cujos trabalhos são reconhecidos por todo o povo daquele Estado. Acreditamos que em todas as organizações existem bons e maus servidores. O caso presente, em que foi envolvido um homem cujo trabalho e dedicação a Força Aérea e, através dela, ao próprio Brasil, levando a esperança, o progresso e garantindo a segurança a muitas regiões, é amplamente reconhecido, é de revoltar os sentimentos de todos os brasileiros. O Coronel Dilermando Rocha, homem com quase 60 anos, não pode sofrer agravos da forma com que se deu por um policial cujo sentimento de covardia e incapacidade para o exercício da função protetora que lhe é atribuída são óbvias, de fácil reconhecimento.

O referido policial nos repugna pela forma torpe e antiquada quando tenta iludir as autoridades com estratégias fora de uso, atribuindo ao Coronel Dilermando ações próprias de gente de baixa categoria.

Em defesa da sociedade, e em particular, da organização militar que pertence o referido policial, venho solicitar que a medida de expulsão seja rápida e pública, para a nossa própria defesa.

Não aprovamos organizações que não sejam estritamente necessárias, para que elementos desqualificados não as tornem improdutivas para os fins a que se destinam.

Clamo por uma punição que responda pela alta periculosidade do referido policial.

Este País não é constituído por covardes e a geração do Coronel Dilermando muito contribuiu para as melhorias já existentes, em particular dessas organizações militares.

Não é justo que hoje rapazes que nunca souberam o que é a necessidade e a precariedade de meios tripudiem em cima de cidadãos dessa idade. Inconfundível o seu crime, esperamos a maior punição, através de seu Comandante.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GOMES DO AMARAL (MDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a edição de ontem de *O Estado de S. Paulo* insere matéria sob o título "Servidores Fantasmias na Assembléia Legislativa do Paraná". Trata-se de publicação bastante extensa, que ocupa praticamente uma página desse importante jornal.

Ao trazer a matéria ao conhecimento da Câmara dos Deputados, eu o faço sobretudo com vistas ao Ministro da Justiça.

Sr. Presidente, para que essa matéria pudesse vir à luz não faltou, creio, a participação de Parlamentares do MDB, dignos dos nossos cumprimentos pela coragem que somente têm aqueles que, na verdade, não têm preocupação com críticas da imprensa e com outros riscos que poderiam correr, trazendo ao conhecimento da Nação problema tão sério como este que envolve a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Da relação dos funcionários daquela Assembléia, em número de quase setecentos, verificamos, através dessa publicação, que mais da metade daquele funcionalismo é "fantasma". Inclusive, quinze dos funcionários relacionados atualmente residem no exterior. Vários deles são Prefeitos de Municípios paranaenses. Há também alguns jornalistas, principalmente os ligados à área do colonialismo social. O filho do próprio Ministro da Educação, Ney Braga, o jovem Antônio Lacerda Braga Neto, está igualmente incluído entre os funcionários fantasmas, já que ocupa atualmente a função de assessor da Diretoria da COESA no Estado do Paraná.

Era este o registro que pretendíamos fazer, ao mesmo tempo em que externamos os nossos cumprimentos e o nosso reconhecimento aos Parlamentares que fizeram esta denúncia.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o Presidente Ernesto Geisel, inspirado no mais sadio patriotismo, repele uma insólita tentativa de interferência em assuntos internos do País, resguardando a soberania nacional, como já o fizera anteriormente Floriano Peixoto, ao responder ao Comandante da Esquadra Inglesa que pretendia desembarcar no porto do Rio de Janeiro, à guisa de garantir a vida dos súditos britânicos residentes na ex-Capital Federal, impõe-se uma análise em profundidade do comportamento dos países capitalistas com relação aos direitos humanos, parte integrante da atual política externa dos Estados Unidos.

Para tanto, recorro ao editorial publicado no "Estado de Minas", edição de 10 último, sob o título "Direitos Humanos", que passo a ler para que conste dos Anais da Câmara dos Deputados:

O subsecretário de Estado americano, Warren Christopher, reiterou a senadores, em Washington, que o governo Carter não recua da intenção de promover em escala mundial os direitos humanos, considerando-os "parte integrante da política externa dos Estados Unidos". A decisão é respeitável, mas hoje, mais do que nunca, torna-se indispensável esclarecer com toda precisão quais são e onde estão os direitos humanos e o que é melhor fazer para respeitá-los convenientemente. Sabe-se, claramente, que direitos humanos, numa primeira consideração, significam respeitar a pessoa humana, tratar as pessoas tolerantemente, não oprimi-las, nem violentá-las, física ou psicologicamente. Não é apenas isto, porém. Uma concepção mais ampla não está sendo proposta pelos grandes países a respeito desses direitos, que não podem ser objetos de meras figuras políticas ou estratégicas, como costuma acontecer. Vejamos um caso: a ação econômica de grandes empresas, acobertadas pelos governos dos respectivos países, não pode deixar de ter um conteúdo ético, moral.

Quando se perdem esses valores, passa a ocorrer automaticamente uma lesão aos direitos humanos, pois as pessoas são então oprimidas materialmente. Exemplos? Em 1975, a manipulação de informações sobre estoques de cereais em todo o mundo promovida pelas empresas monopolísticas que atuam especialmente em Chicago, Rotterdam e Tóquio, gerou alta artificial nos preços do açúcar. O Brasil lançou-se, então, a um esforço de aumento da